



**Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos**

**A INCLUSÃO DE ALUNOS NUMA ESCOLA
MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**

ARTIGO MONOGRÁFICO DE ESPECIALIZAÇÃO

Maria da Consolação de França Souza

**Divinolândia de Minas
2010**

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS NUMA ESCOLA
MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**

por

Maria da Consolação de França Souza

**Artigo apresentado no Curso de Especialização em
Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de
Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau
de Especialista em Educação Especial.**

**Prof. Ms. Cleidi Lovatto Pires
(Presidente/Orientador)**

**Divinolândia de Minas, Minas Gerais, Brasil.
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo
Monográfico de Especialização.

**A INCLUSÃO DE ALUNOS NUMA ESCOLA MUNICIPAL DE
DIVINOLÂNDIA DE MINAS**

elaborada por

Maria da Consolação de França Souza

como requisito parcial para obtenção do grau de

***Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação
de Surdos***

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Prof. Ms. Cleidi Lovatto Pires
(Presidente/Orientador)**

**Priscila Turchiello
(Parecerista - UFSM)**

**Sílvia Maria de Oliveira Pavão
(Parecerista – UFSM)**

**Divinolândia de Minas, Minas Gerais, Brasil
16/12/2010**

Campeão (a) não é só aquela pessoa que vence uma batalha,
é todo aquele (a) que vence na vida.

A Deus pela força que nos deu, a meu pai, meu marido e meus filhos, que tanto me apoiaram, ajudaram e acreditaram em minha vitória e que por muitas vezes abdicaram de seus sonhos em favor desta minha jornada.

A Jesus, que me protegeu, iluminou, permitindo que eu chegasse ao fim de mais uma caminhada. As nossas famílias que nos deram apoio, e a orientadora Cleidi Lovatto Pires pelo seu incentivo nesta caminhada.

MENSAGEM

Quantas vezes nós pensamos em desistir...

Quantas vezes nós pensamos em desistir,
deixar de lado o ideal e os sonhos;

Quantas vezes batemos em retirada,
com o coração amargurado pela injustiça;

Quantas vezes sentimos o peso da responsabilidade,
sem ter com quem dividir;

Quantas vezes sentimos solidão,
mesmo cercado de pessoas;

Quantas vezes falamos, sem sermos notados;

Quantas vezes lutamos por uma causa perdida;

Quantas vezes voltamos para casa
com sensação de derrota;

Quantas vezes aquela lágrima, teima em cair
justamente na hora que precisamos
parecer fortes;

Quantas vezes pedimos a Deus
um pouco de força,
um pouco de luz,

e a resposta vem, seja como for,
um sorriso, um olhar cúmplice,

um cartãozinho, um bilhete, um gesto de amor,
e a gente insiste,

insiste em prosseguir, em acreditar,
em transformar, em dividir,
em estar, em ser,

e Deus insiste em abençoar,
em nos mostrar o caminho,
aquele mais difícil,

mais complicado, mais bonito.

E a gente insiste em seguir,
Por que tem uma missão...

SER FELIZ!

Fonte: www.mensagensvirtuais.com.br/mensagem. Acesso em 04/06/2010

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

A inclusão dos alunos numa escola municipal de Divinolândia de Minas

Autora: Maria da Consolação de França Souza

Orientadora: professora Ms. Cleidi Lovatto Pires

SOUZA, Maria da Consolação de França. Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdo.
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil.

O presente artigo monográfico tem como objetivo discutir a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular de uma escola do município de Divinolândia, e analisar sobre o papel da Educação Especial como sistema de apoio e recursos nesse contexto, a partir de uma revisão bibliográfica, utilizando como instrumentos a observação e entrevista. Inicialmente, é apresentada a trajetória da Educação Especial no Brasil, e como a mesma evoluiu até o atual modelo da Educação Inclusiva, ressaltando também a questão da formação de professores para atender aos alunos frente à inclusão. Logo após é realizada uma análise da proposta curricular e estrutura física necessárias ao acesso de alunos com deficiência ao ensino regular, bem como das condições que a escola precisa desenvolver para garantir o aprendizado de seus alunos. E finalmente, é realizada reflexões acerca de situações que o docente do ensino regular pode desenvolver em sala de aula, para favorecer a aprendizagem de todos seus alunos.

Palavras-chave: inclusão; educação especial; metodologias; formação de professores.

ABSTRAT

Article Specialization
Specialization Course in Special Education - Cognitive Impairment and Deaf
Education
Universidade Federal de Santa Maria, Brazil

The inclusion of students in a municipal school Mine Divinolândia.

Author: Mary of Consolation in France Souza

Advisor: Professor Cleidi Lovatto Ms. Pires.

SOUZA, Mary of Consolation in France. Specialization Course in Special Education - Cognitive Deficits and Deaf Education. Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brazil.

This article monograph aims to discuss the inclusion of students with disabilities in regular education at a school in the city of Divinolândia, and analyze the role of Special Education as a support system and resources in this context, from a literature review, using instruments such as observation and interview. Initially, we present the trajectory of Special Education in Brazil, and how it evolved into the current model of Inclusive Education, also highlighting the issue of training teachers to meet students face to inclusion. Soon after is an analysis of curriculum and infrastructure necessary to access of students with disabilities to regular education, as well as conditions that the school needs to develop to ensure student learning. And finally, it held discussions about situations that regular education teachers can develop in the classroom to encourage learning for all students.

Keywords: Inclusion; Special Education; methodologie; curriculum.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	11
2 CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO.....	15
3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONCEPÇÃO “DEFICIÊNCIA”	16
4 INCLUSÃO EDUCACIONAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS.....	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	26
APÊNDICE.....	28

1 APRESENTAÇÃO

O presente trabalho aborda o tema “Educação Inclusiva na Escola Municipal Rui Barbosa”, fazendo uma breve relação com a situação das escolas públicas. A educação é para a sociedade, para um país e mesmo para a humanidade, o que o esqueleto é para nosso corpo – a sustentação.

E para que se conheça a realidade dos alunos com necessidade de atendimento educacional especializado nestas escolas, serão realizadas entrevistas com o professor e diretor da escola deste município.

Através da coleta de dados, observação e entrevista, pretendo analisar a situação dos alunos que necessitam de atendimento educacional especializado o no município e o que a escola tem feito por eles, pois segundo as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica: “...em vez de pressupor que no aluno deva ajustar-se a padrões de “normalidade” para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos” (BRASIL, 2001, p. 33).

A base da educação é compreender que, não podemos ter segurança plena da finalidade de qualquer conhecimento ou fato, e que não existem respostas absolutas. Fundamentalmente, a educação relaciona-se com o indivíduo e deve desenvolver a iniciativa individual e as potencialidades intelectuais. .

A qualidade da ação educativa a ser construída deverá ser marcada pela criação e circulação de idéias, pelo conhecimento renovado sobre a escola, a comunidade e o aluno, pela participação coletiva na análise crítica da prática pedagógica e na busca de soluções. Além disso, pelo diálogo, se estará compartilhando idéias e recursos, gerando aprendizagens mútuas e tomadas de consciência, sobre os compromissos políticos e sociais da escola e de seus agentes educacionais.

A educação é globalizada, e, assim o sendo, não poderia continuar a manter indefinidamente, seu posicionamento em relação às crianças portadoras de qualquer tipo de deficiência, marginalizadas do contexto escolar das escolas de ensino regular.

Não sem tempo, o ensino acordou para um problema importante: oportunizar a essas crianças, como de direito, oportunidades igualitárias junto às demais

crianças consideradas "normais".

Assim, a inclusão, veio suprir uma falha na estrutura escolar, dando à escola oportunidade de realmente atender aos objetivos educacionais extensivos a todo e qualquer indivíduo, trabalhando de forma integradora com todas as crianças quer sejam, ou não, deficientes.

Hoje, a pessoa com deficiência, não é mais vista como incapaz ou limitação e, sim, enfatiza-se suas potencialidades, competência e desempenho. Com o surgimento da legislação voltada para os direitos à vida, à liberdade, à segurança, à saúde, à educação especial, ao trabalho, ao acesso às informações e ao lazer conquistado por essas pessoas, foi conseguido o direito e educação em escolas regulares a partir também da luta contra a discriminação.

Compreender a diferença não como algo fixo e de incapacidade na pessoa, mas reconhecê-la, como própria da condição humana, é um desafio ainda muito complexo e um objetivo ainda muito distante da prática pedagógica diária dos professores. A grande maioria deles, ainda trabalha na base do falso pressuposto de que todos os alunos são iguais e que as turmas são homogêneas. (http://artedeincluir.blogspot.com/2009_01_01_archive.html), acessado em 07-06-2010, às 18:40 h)¹.

Acontece que, quando algumas pessoas apresentam respostas muito diferentes daquelas esperadas, passam a ser estigmatizadas, já que não correspondem às normas e valores estabelecidos. Segundo GOFFMAN (1988, p.14) "Na verdade, o estigma não está na pessoa, ou melhor, na deficiência que possa apresentar, e sim nas normas e valores da sociedade que definem quais pessoas são estigmatizadas, desviantes".

Considerando a deficiência, e, frente à educação que deseja converter-se em democrática, hoje, já não pode mais a escola pública, deixar de se responsabilizar também pela educação desses indivíduos. Caso contrário, esta Instituição continua pautando-se numa prática discriminatória e não democrática.

De acordo com PEREIRA, Olívia *et al* (1980 p 3 - 5), existem três níveis de integração: temporal, instrucional e social. "Integração temporal" refere-se à disponibilidade ou oportunidade que existe para que, a criança com deficiência, permaneça com seus companheiros ditos normais, e, aos resultados positivos, que

¹ http://artedeincluir.blogspot.com/2009_01_01_archive.html), acessado em 07-06-2010, às 18:40 h

espera obter através das ações institucionais. "Integração instrucional" significa a disponibilidade de oportunidade e de condições de estímulos que tais alunos encontram no ambiente de classe regular, que facilitem seu processo de ensino-aprendizagem, e "integração social" refere-se ao relacionamento entre eles e seus companheiros ditos normais dentro do grupo. A integração social pode ser analisada em termos de proximidade física, interação, assimilação e aceitação.

Tem-se a ressaltar que estudos científicos e debates provocaram reflexões na sociedade sobre a pessoa com deficiência, chamando a atenção sobre a sua condição de sujeitos presente na sociedade - ser pensante, ser social, ser humano - mostrando os efeitos de sua segregação e dos rótulos, iniciando um grande movimento no sentido de devolver o deficiente à comunidade de onde fora excluído.

Cabe à escola e aos professores, o desafio de construir seu caminho na busca de novas opções de atendimento criativas e originais, de acordo com seus recursos, em consonância com a família de seus alunos e com a comunidade.

Pelos dados expostos, se torna claro que, toda escola precisa, urgentemente, de praticar a verdadeira inclusão e deixar de se pautar por uma prática discriminatória, mas sim por uma prática democrática.

O presente artigo, portanto, objetiva discutir a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, e analisar o papel da Educação Especial como sistema de apoio e recursos nesse contexto, a metodologia utilizada, ou seja, a pesquisa realizada mediante entrevista com o gestor da escola municipal e professor no município de Divinolândia de Minas através de questionários significativos, utilizados com o propósito de coletar dados sobre o objeto da pesquisa, além da revisão bibliográfica dos autores que escrevem sobre o assunto em questão, comprova a importância da inclusão em uma instituição de ensino para a obtenção de resultados por parte de seus envolvidos.

Acredita-se que a sensibilização das pessoas existentes no espaço escolar, bem como a valorização do ser humano na sua totalidade, representam um passo adiante, cuja principal proposta é incluir estes alunos na escola comum, visando atender a totalidade do alunado, identificando e resolvendo as dificuldades educacionais que surgem em todo o processo de ensino aprendizagem.

Diante de situações vivenciadas na Educação Infantil de uma escola municipal de Divinolândia de Minas, senti necessidade de aprofundar este tema,

com o objetivo de mostrar que, a inclusão, pode acontecer, a partir de mudanças na escola, que levem em conta o currículo, os processos avaliativos, respeitando as diferenças de gênero, de raça, e etnia.

Afinal, para a efetivação da inclusão, é preciso uma posição crítica dos educadores em relação aos saberes escolar e à forma, como podem ser trabalhados; implica considerar que, a escola não é uma instituição pronta, acabada, inflexível, mas, uma estrutura que deve acompanhar o ritmo dos educandos, em um processo, que requer diálogos dos professores com a comunidade escolar e com os outros campos do conhecimento.

Consequentemente, a escola para tornar-se inclusiva precisa formar seus professores e equipe de gestão, e rever as formas de interação vigente em todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Precisa realimentar sua estrutura, organização, seu projeto político-pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas. Para acolher todos os alunos, a escola precisa, sobretudo, transformar suas intenções e escolhas curriculares, oferecendo um ensino diferenciado que favoreça o desenvolvimento e a inclusão social.

2 CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

O trabalho realizado fundamentou-se em uma pesquisa qualitativa descritiva, que além de pesquisas bibliográficas, debruçou-se na observação da realidade escolar, através de observação e entrevista, onde o olhar foi lançado sobre as diferentes formas de trabalhar a “Diferença” dentro da escola. Também foi realizada uma entrevista semi-estruturada no sentido de complementar a coleta de dados.

O presente trabalho foi desenvolvido numa Escola Municipal do município de Divinolândia de Minas. A escola foi municipalizada em 1998, pelo Prefeito José Longuinhos de Figueiredo, é uma instituição de tradição, é um educandário de 1º grau que tem prestígio, principalmente por ser administrado com competência, dinamismo e vaidade.

Com a municipalização várias diretoras ocupavam o cargo com o objetivo de manter elevado o conceito de uma escola de qualidade. São elas: AF, CM, MS, WM, MB e atual diretora JM.

Atualmente a escola funciona com 20 professores, um coordenador pedagógico, 01 diretor 06 auxiliares de educação básica e 550 alunos.

É um prédio com bom estado de conservação, arejado, ornamentada, com bom espaço para recreação, tem uma biblioteca, porém esta funciona em uma sala improvisada.

A escola tem dez alunos deficientes e não conta com profissionais especializados, portanto, cada professor do ensino regular, busca trabalhar de maneira a atender as necessidades individuais, e às vezes obtém sucesso.

Foram sujeitos da pesquisa:

1- A diretora JAM formada em Pedagogia, formação esta para trabalhar nas séries iniciais, tem dezoito anos de magistério. Atualmente está ocupando o cargo de diretora e descobriu maneiras diferentes para trabalhar com os alunos com deficiência, tendo oportunidade de observá-los e acompanhá-los.

2- A professora AMC que é formada em Normal superior exerce a profissão há doze anos e trabalha com alunos com deficiência, atualmente está trabalhando com 25 alunos do 3º ano (antiga 2ª série) do Ensino Fundamental, sendo 5 com deficiência.

3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONCEPÇÃO “DEFICIÊNCIA”

Na antiguidade vimos um predomínio da filosofia EUGENIA (Ciência que estuda as condições mais propícias à reprodução e melhoramento da raça humana), devendo essas pessoas ser abandonadas ou eliminadas. Crianças deformadas eram jogadas nos esgotos da Roma Antiga.

Na Idade Média, os deficientes encontram abrigo nas igrejas, como o Quasimodo de Notre Dame, de Victor Hugo, que vivia isolado na torre da catedral de Paris². Na mesma época, os deficientes ganham uma função: bobos da corte.

Martinho Lutero (Monge agostiniano alemão, fundador do luteranismo, Martinho Lutero foi o maior vulto da reforma protestante) chegou a afirmar (Schwartzman, 1999, p. 11) que a criança portadora de necessidades educativas especiais, neste período denominada de criança defeituosa, era fruto da união de uma mulher com o demônio e estes, juntos, deveriam ser queimados como resultado desta união maléfica. Assim, nesse período, os seguidores de Lutero foram responsáveis pela execução na fogueira de milhares de crianças portadoras de necessidades educativas especiais e mulheres.

Segundo Feltrin (1990, p. 33), “as obras de arte desse período são elucidativas, uma vez que espíritos reputados malignos, seres lendários e desumanos são, invariavelmente, representados com desproporções físicas, rostos monstruosos ou membros contorcidos”.

Na Idade Moderna, com o predomínio da filosofia humanista, que evoluía o pensamento para a valorização do ser humano, a deficiência era vista como patologia. A pessoa com deficiência era uma pessoa doente e que exigia cuidados especiais. Era um ser que necessitava da proteção e da caridade dos demais.

O atendimento às pessoas com deficiências, tradicionalmente, era realizado de maneira assistencialista, a deficiência era vista como uma doença crônica e o deficiente um ser inválido e incapaz, que pouco poderia contribuir para a sociedade, devendo ficar aos cuidados do resto da população. A partir da segunda metade do século XX, principalmente com o

² Segundo Maria Salete Fábio Aranha, Leny Mrech e Lauro Luiz Gomes Ribeiro, promotor da Vara da Infância e Juventude de São Paulo.

desenvolvimento de diferentes áreas de conhecimento, começaram a surgir experiências educacionais alternativas de atendimento a essa população.

A evolução histórica da concepção do deficiente, ou seja, do portador de deficiências ou necessidades educacionais especiais nas últimas décadas, foi iniciada com a idéia de integrar “alunos especiais” no sistema regular, a proposta de uma Escola Inclusiva surge (Estados Unidos através da lei Pública 94.142, de 1975) visando atender às necessidades dos alunos com algum tipo de diferença física, sensorial ou mental nas situações comuns de educação. O princípio básico deste modelo é que todos os alunos, independentemente de suas condições socioeconômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento, sejam acolhidos nas escolas regulares, as quais devem se adaptar para atender às suas necessidades, pois se constituem como os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, e, como consequência, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos (UNESCO, 1994).

Entretanto, nas últimas décadas, em função das novas demandas e expectativas sociais, aliados aos avanços das ciências e tecnologias, novas formas de educação escolar vêm surgindo, com alternativas menos segregativas de absorção desses educandos pelos sistemas de ensino.

Essa percepção vem sendo respaldada por preceitos teóricos, de acordo com a Constituição Federal (1988), a Declaração de Educação para todos (1990), Declaração da Salamanca (1994), LDB n 9394/96, Decretos e Legislações suplementares em nível Estadual e Municipal.

A Declaração de Salamanca afirma que: “Todas as crianças de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos”(UNESCO, 1994, P. 10). Portanto, investigar como ocorre o processo de inclusão dos alunos com déficit cognitivo nas escolas municipais de Divinolândia – MG é o objetivo deste trabalho.

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

Dessa forma, a educação inclusiva implica eliminar as barreiras que se contrapõem a aprendizagem e a participação de crianças, jovens e adultos, com a finalidade de que as diferenças culturais, socioeconômicas, individuais e de gênero não se transformem em desigualdades educacionais. Definitivamente, a educação inclusiva centraliza sua preocupação no contexto educacional, e, em como melhorar as condições de ensino e aprendizagem, para que todos os alunos participem e se beneficiem de uma educação de qualidade.

4 INCLUSÃO EDUCACIONAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Não se pode esquecer que a educação inclusiva, ao abranger os alunos com necessidades educacionais especiais, é uma conquista emancipatória que necessita de uma nova cultura. E esta cultura deve ser construída no sentido de uma formação geral e específica dos futuros docentes e dos que já estão em exercício (Parecer nº 04/2002. CNE).

Uma sociedade verdadeiramente democrática tem que defender uma educação de qualidade para todos. Não se pode aceitar qualquer tipo de exclusão, sob qualquer pretexto. No entanto, é preciso conhecer o mais profundamente possível as condições reais da educação escolar brasileira, especialmente a pública e obrigatória. A inclusão escolar significa que todas as crianças em idade escolar devem freqüentar a mesma escola, e esta escola deve ser organizada para atender as necessidades educativas de cada aluno. A partir disso se pode identificar e dimensionar os principais pontos da mudança necessária para o alcance da qualidade que se espera da educação escolar.

Entrevistando a diretora JM sobre a Inclusão escolar ela disse que, *“a inclusão deve ser total, não só na escola. E um apoio extracurricular é indispensável. Aprender a lidar com as diferenças é o desafio da democracia. Não dá para isolar ninguém. Claro que segregar é mais cômodo é mais fácil. A estrada da inclusão implica ter de dar o braço a torcer, aprender com o outro, com os dilemas e os desafios da diversidade”*.

A professora em relação a inclusão escolar colabora que: *“é um assunto muito debatido na mídia, nas universidades e escolas, porém, segundo ela, não temos ainda nas escolas municipais, além de boa vontade em receber estas crianças, nenhuma adaptação foi feita para garantir esta acessibilidade, nenhum material específico conforme as diferenças, nenhuma equipe multidisciplinar para o serviço de apoio ao professor, nem mesmo capacitação específica para o docente. O que a escola pode contar, é com uma psicopedagoga para atender a todos, e, professores, que tem o curso superior em diversas áreas, e que, certamente, estudaram sobre a Inclusão Social. A inclusão social só poderá ser concretizada se houver respeito às diferenças, junto com práticas pedagógicas que permitam às pessoas “diferentes”, ser reconhecidas e ter seus conhecimentos e atitudes valorizadas na medida de suas próprias potencialidades”*.

O ponto fundamental é a compreensão de que o sentido de integração [inclusão] pressupõe a ampliação da participação nas situações comuns para indivíduos e grupos que se encontravam segregados. Portanto, é para os alunos que estão em serviços de educação especial ou outras situações segregadas que prioritariamente se justifica a busca da integração. Para os demais portadores de deficiência, deve-se pleitear a educação escolar baseada no princípio da não segregação. (Palestra proferida pelo Prof Dr. Marcos José da Silveira Mazzotta no dia 05/05/1993, no Seminário Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência no Contexto Educacional, promovido pela Fundação Catarinense de Educação Especial. Publicada nas Revistas: VIVÊNCIA, FCEE, n. 13, 1993 e INSIGHT Psicoterapia, n. 40, Ano 4, 1994).

É preciso considerar, que nem toda a pessoa com deficiência requer cuidados diferenciados dos alunos que não tenham essas necessidades, assim, deve freqüentar a escolar regular, salvo quando se esgotar todas as possibilidades de sua permanência em escola comum. A partir dessa conclusão, deve-se propor alternativas, porém, sem que isso signifique segregá-los, privá-los totalmente do convívio com os outros alunos que freqüentam o ensino comum.

A Educação inclusiva constitui o único recurso que possibilita a educação para todos, em organizações escolares comuns ou especiais.

É uma conquista que custou muito tempo e empenho, portanto, não pode ser descartada por autoridades escolares e outros profissionais.

O sentido da educação inclusiva consiste no amor e no respeito ao outro, que são as atitudes mediadoras da competência ou de sua busca, para melhor favorecer o crescimento e desenvolvimento do outro.

O papel da educação para a inclusão social e para o alcance de objetivos estratégicos de um país é um dos consensos em que a ação política poucas vezes corresponde à tese. A coerência entre o discurso e a prática só pode ser obtida através de um esforço permanente, socialmente articulado e capaz de transcender interesses - inclusive os legítimos - de governos e instituições. Em outras palavras, educação deve ser política de Estado, financiada pela sociedade, através dos recursos públicos. Cabe aos gestores e aos agentes políticos encontrar caminhos para, em cada momento histórico, responder aos desafios que se apresentam.

Conforme Carvalho (2004, p. 36), o conceito de escola inclusiva “implica, incondicionalmente, na mudança de atitudes frente às diferenças individuais, desenvolvendo-se a consciência de que somos todos diferentes uns dos outros e de nós mesmos, porque evoluímos e nos modificamos”.

O respeito às eventuais diferenças entre os indivíduos e grupos humanos é condição básica da cidadania. Por esse motivo, deve-se tratar com carinho e eficácia a promoção da convivência harmoniosa para a superação da violência e da intolerância entre indivíduos e grupos sócios diferenciados.

A escola inclusiva é muito mais que garantia de vaga em escolas públicas no sistema comum para os alunos com necessidades educacionais especiais. É necessária uma reorganização das escolas, tais como: recursos físicos, humanos e pedagógicos serão importantes para o sucesso da verdadeira inclusão. É fundamental que todos estejam de “mãos dadas” com a educação. A interação dos governantes, educadores, dirigentes, especialistas, comunidade é fator primordial para o processo ensino/aprendizagem, a fim de garantir o acesso a uma escola de qualidade para todos.

De acordo com a entrevistada sobre às modificações ou melhorias a serem implementadas na sua escola para atender adequadamente a necessidades dos alunos a diretoria disse *“que além de modificações curriculares e nas dependências da escola, tais como: banheiro adaptado, rampas que garantam a acessibilidade no interior da escola, é necessário a capacitação de professores, é preciso pensar em uma equipe multidisciplinar para ajudar a professora com estes alunos”*.

A simples inserção em sala de aula regular não garante a inclusão. É necessário um investimento consistente e permanente na formação dos educadores, em relação ao ensino geral e as especialidades das deficiências.

A política de inclusão que colocava o ônus da adaptação no aluno, implica em todo um remanejamento e reestruturação da dinâmica da escola, para receber nas suas bases, esses alunos especiais.

Na escola inclusiva, há de se ter um planejamento individualizado para cada aluno, que recebe dentro de sua própria classe, os recursos e o suporte psicoeducacional necessários para seu desenvolvimento. Para se concretizar essa mudança, é necessário que educadores de todos os perfis, alunos, associações de pais, instituições educativas de assistência à criança com deficiência e cidadão em geral, se unam na luta pelo direito a uma escola de qualidade para todos. Isso não é perseguir utopias, é perseguir um direito fundamental de cidadania.

O ideal a ser alcançado passa a ser a adoção de maneiras de ensinar que se adaptem às diferenças, no contexto de uma educação para todos. Passa a ser

também, a criação e experimentação de situações, que favorecem o desenvolvimento afetivo, o cognitivo, o social, o perceptivo e motor dos alunos.

A educação inclusiva coloca como meta para a escola o sucesso de todas as crianças independentemente do nível de desempenho que cada sujeito seja capaz de alcançar. O importante é a qualidade sobre o que se ensina e um currículo competente que deve ser elaborado a partir do conhecimento do alunado. Este conhecimento da turma, feito a partir de um diagnóstico possibilita ao professor conhecer o nível de possibilidades de seus alunos, e assim organizar atividades que favorecem o seu desenvolvimento.

Adequar um currículo não significa a retirada de conceitos básicos a serem trabalhados pela escola, mas sim buscar estratégias metodológicas interativas que favorecem as respostas educacionais dos alunos.

Questionando sobre a grade curricular das Escolas Municipais de Divinolândia de Minas, o Diretor da pesquisa ressaltou que *“estão tentando adaptá-lo aos alunos com necessidades especiais, a ser seguido na sala Multifuncional, onde estes alunos estarão sendo atendidos em suas necessidades, em outro turno, em salas multifuncionais montadas com o material vindo do MEC”*.

Um trabalho pedagógico consciente exige a participação de todos, na elaboração de um projeto político pedagógico que sirva de horizonte, por meio das metas que serão propostas, a fim de que seja possível se pensar em ações necessárias ao que se quer atingir.

Para atender à diferença são necessárias “flexibilizações” do currículo regular, envolvendo as modificações organizativas, nos objetivos e conteúdos, nas metodologias e na organização didática, na temporalidade e na filosofia e estratégia de avaliação, permitindo o atendimento às necessidades educativas de todos, em relação à construção de conhecimento.

Questionando o diretor sobre as ações realizadas na escola com o intuito de proporcionar uma educação de qualidade, trabalhando com metodologias inovadas de maneira que atendam a todos os alunos sem discriminação, o sujeito da pesquisa respondeu que: *“A escola está dando os primeiros passos em busca de uma educação de qualidade, que atenda a todos sem discriminação. O quadro de professores tem nível superior, muitos estão fazendo pós-graduação em Educação Inclusiva, o que aprendem, trazem para a escola e aplicam com seus alunos.*

Aprimoram cada vez mais sua metodologia, trabalham com comprometimento e amor. A escola tem melhorado dia a dia neste sentido pelo esforço do professor em seu fazer docente”.

A integração entre as áreas de conhecimentos e a concepção de organização curricular considera as disciplinas como meio e não como fim e partem do respeito à realidade do aluno, de suas experiências de vida cotidiana, para chegar à sistematização de saber.

Nesse sentido cresce a importância do conhecimento da realidade socioeconômica, política, geral e a realidade do grupo para se propor um modelo de ação do grupo para realizar os fins que se quer alcançar; estabelecendo assim um modelo de metodologia capaz de realizar o conjunto de ações propostas pelos grupos em favor da inclusão escolar.

Infelizmente as escolas públicas cumprem a lei ao receber os alunos com deficiências e em zelar pela frequência dos mesmos, sendo assim, passam pela escola, porém, não estão interagindo no processo de aprendizagem. Os alunos são matriculados e freqüentam a escola anos após anos, vão para o ano subseqüente sem aprendizagem, pois nós, educadores, não sabemos trabalhar com suas dificuldades.

Conviver com as diferenças é uma experiência muito importante para a vida do aluno, do professor e todos os profissionais da escola, e esta convivência não pode ser vivenciada em um ambiente educacional que exclui os diferentes. O aluno diferente, que freqüenta escolas comuns, impõe aos professores uma reflexão profunda a respeito das suas práticas pedagógicas, ações e metodologias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dias atuais, a educação inclusiva é um dos maiores desafios do sistema educacional e prioriza a Educação de qualidade para todos, o que significa que todas as crianças devem aprender juntas, independentemente de suas condições culturais, pessoais, sociais, inclusive aquelas portadoras de algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida. Sendo necessário ressaltar que a luta pela escola inclusiva é um movimento de caráter mundial: “A educação para todos”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional já indica o compromisso brasileiro com a escola inclusiva, no entanto, não basta a lei. Será preciso dar conta de viabilizá-la, já que mudar a escola é uma tarefa bastante complexa.

Embora a LDB aponte para a universalização do Ensino Fundamental, não estamos perto de encontramos escolas prontas para receber o novo contingente de alunos previstos pela inclusão, pois falta nas escolas públicas e municipais recursos físicos, humanos e pedagógicos que são primordiais para o sucesso da verdadeira inclusão.

Fica claro nos pontos de vista dos teóricos que a inclusão é um processo complexo, que precisa ser mais discutido pelos atores envolvidos. Que a escola precisa fazer uma inclusão responsável, não apenas para obedecer a uma lei. A problemática é: esperar a escola ficar pronta para receber as crianças com deficiência ou através dessa inclusão buscar as mudanças? O que se tem bem definido entre os pesquisadores é que a escola não pode mais fechar as suas portas para diversas formas de ser e de aprender, e que chegou a hora de rever seus conceitos sobre as pessoas com deficiência e a educação.

A pesquisa de campo realizada durante todo o processo de busca pelo alcance dos objetivos propostos, na presente pesquisa demonstraram que é necessárias mudanças nas políticas educacionais na construção cotidiana da escola, alerta aos governantes, que não devem se descuidar da valorização do profissional da educação que é responsável pela aprendizagem qualitativa e quantitativa de seus alunos. Aos professores é necessário desenvolver estratégias de ensino e aprendizagem que atendam à diversidade do alunado que freqüentam as escolas atuais, sejam eles ditos “normais” ou com dificuldades de aprendizagem.

No contexto do ambiente escolar conclui-se o quanto é importante a elaboração do Projeto Político Pedagógico com participação de toda a comunidade escolar, um currículo flexível o que revela as formas de se implantar uma inclusão numa instituição de ensino.

Contudo, pela comprovação dos dados coletados, além da revisão bibliográfica de pesquisadores, entrevistas com funcionários e leis que tratam da inclusão na escola considera-se que a prática, o convívio com crianças, as trocas de experiências contribuí com o sucesso da instituição porque ela se estabelece em comum acordo com todos os inseridos no processo. Para uma verdadeira inclusão é necessária a participação de todos: pais, professores, dirigentes, docentes, discentes, servidores, todos os envolvidos no processo de aprendizagem do aluno.

É necessário que família e escola construam padrões cooperativos para enfrentarem os obstáculos juntos, podendo assim cumprir com seu papel educativo.

Apostar na educação inclusiva é acreditar que seremos capazes de construir para uma transformação social, que trate efetivamente a todos dentro do princípio de igualdade, de solidariedade e da convivência respeitosa entre os indivíduos. É banir em definitivo o hábito de excluir, que tanto tem empobrecido a sociedade brasileira.

É reconhecer que, apesar das nossas diferenças, devemos ter as mesmas oportunidades de acesso a uma vida melhor.

A Escola que se pretende inclusiva, deve assegurar a cada um, o desenvolvimento de suas capacidades, observando as particularidades dos alunos com relação a seus valores culturais e sociais, sua experiência de vida e suas necessidades no processo de aprendizagem, abrangendo também, seu núcleo familiar e social.

Os alunos com deficiência devem e podem ser integrados à rede regular de ensino. Isso não é impossível e nem tão difícil basta conjugar esforços, ter a colaboração de uma equipe de profissionais e contar com professores imbuídos da *VONTADE DE EDUCAR*.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Ruth de. **Normal é ser Diferente**. Revista Nova Escola, nº 05, outubro de 2006.

BRASIL. MEC. SEESP. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: CNB/CBE, 2001.

_____. **Revista Educar na Diversidade: material de formação docente**. Brasília, 2003.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05/10/1988.

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Ensino Básico. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FELTRIN, Beatriz Cecília Dias; LIZARAU, Elizabeth Pinto. **Deficiência Física: desafios para o resgate da cidadania**. Santa Maria: [s. ed.], 1990.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

Livro Educar na Diversidade, Material de Formação Docente, **O enfoque da educação inclusiva**, p.36 - Brasília- DF. 2007. Disponível no site: <http://inclusaonaeducacao.pbworks.com>. Acesso dia 14/06/2010.

Livro: **Projeto Incluir**. Caderno de textos para formação de professores da rede pública de ensino de Minas Gerais, ed.2. Belo Horizonte, 2.006.

Palestra proferida Prof Dr. Marcos José da Silveira Mazzotta no dia 05/05/1993, no Seminário Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência no Contexto Educacional, promovido pela Fundação Catarinense de Educação Especial (SC). Publicada nas Revistas: VIVÊNCIA, FCEE, n. 13, 1993 e INSIGHT Psicoterapia, n. 40, Ano 4, 1994.

PEREIRA, Olívia *et al.* **Educação Especial: atuais desafios**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie, 1999.

TESSARO, Nilza Sanches. **Inclusão escolar: concepções de professores e alunos da educação regular e especial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

http://artedeincluir.blogspot.com/2009_01_01_archive.html), acessado em 07-06-2010, às 18:40 h

APÊNDICE A

Entrevista com a diretora da Escola Municipal Rui Barbosa.

1. O espaço físico da escola favorece o atendimento a alunos com algum tipo de deficiência?
2. O currículo da escola é enriquecido e adequado para dar respostas as diferenças destes alunos?
3. Quais são os procedimentos da escola ao matricular alunos com deficiência?
4. Sua escola proporciona uma educação de qualidade, trabalhando com metodologias inovadas de maneira que atendam a todos os alunos sem discriminação?

APÊNDICE B

Entrevista com o professor da Escola Municipal Rui Barbosa

1. Você já trabalhou com alunos com deficiência? Sua escola está preparada para tal desafio?
2. Que modificações ou melhorias teriam que ser implementadas em sua escola para atender adequadamente a essas necessidades?
3. Qual a sua opinião em relação à inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular?
4. Em sua sala há crianças com deficiência incluída. De que maneira você trabalha essas diferenças?
5. Qual a sua opinião sobre o processo de inclusão escolar nas Escolas Municipais de sua cidade?
6. Qual é a sua formação para desenvolver um trabalho pedagógico em classe inclusiva?
7. Que tipo de situação, dificuldade você enfrenta no dia a dia? Se você pudesse optar, você escolheria ser professor de classe inclusiva?
8. Como é realizada a avaliação dos alunos com deficiência durante o ano letivo?